

Economia Brasil

Governo consegue reduzir gastos

■ Resultado de abril atende às metas do FMI. Objetivo é fechar o ano com despesas equivalentes a 2,6% do PIB

MÁRCIO PACELLI

BRASÍLIA – As contas do governo, que incluem os gastos do Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social, registraram um superávit primário (receitas menos despesas, exceto os juros) de R\$ 3,9 bilhões em abril. Com esse desempenho, os gastos tiveram redução de um ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) na comparação com abril do ano passado. No acumulado do ano, o superávit chegou em R\$ 10,9 bilhões, contra R\$ 9,5 bilhões apurados entre janeiro e abril de 1999.

Segundo o secretário do Tesouro, Fábio Barbosa, a redução de despesas é o resultado do esforço do governo em atingir as metas fiscais para 2000. Desde o início do ano, o resultado primário acumulado mantém uma proporção de 2,94% do PIB. No ano passado, essa relação chegou a 3,04% no mesmo período. De acordo com as metas fiscais acertadas no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil precisa chegar até dezembro com um resultado primário equivalente a 2,6% do PIB, ou R\$ 29.319 bilhões.

Superavit– O ganho obtido pelo governo foi puxado pelo superávit de R\$ 4,6 bilhões obtido

pelo Tesouro Nacional. Banco Central e Previdência Social registraram resultados negativos, com déficits de R\$ 40,9 milhões e R\$ 663,7 milhões, respectivamente. Já o Tesouro superou em R\$ 1,1 bilhão o superávit conseguido entre janeiro e abril de 1999. Entre os motivos para a melhora no desempenho, estão repasses menores de impostos (IR, IPI e ICMS) aos estados e municípios.

Embora na comparação com o ano passado a arrecadação tenha caído, as receitas do Tesouro atingiram R\$ 59,8 bilhões, um crescimento de 11,3% em relação ao início do ano passado.

A dívida líquida (soma das dívidas interna e externa) cresceu 0,9 ponto percentual em relação ao mês de março, quando fechou em R\$ 216,5 bilhões. Ela alcançou em abril uma cifra de R\$ 229,6 bilhões, ou 21,4% do PIB dos últimos 12 meses. Isso ocorreu em razão do aumento de R\$ 6,2 bilhões do volume da dívida mobiliária interna em mercado (causado principalmente por apropriação de juros), além do crescimento de R\$ 8,7 bilhões no saldo da dívida externa (inflada pelo lançamento de bônus brasileiros no Japão e pela desvalorização cambial de 3,4%).